

DOI: <http://dx.doi.org/10.18817/ot.v16i27.682>

INTERESSES PROVINCIAIS NO BRASIL NOS ANOS DA GUERRA CIVIL NORTE-AMERICANA: uma mirada transnacional sobre relações entre o Império e as Províncias¹

PROVINCIAL INTERESTS IN BRAZIL DURING THE AMERICAN CIVIL WAR:
a transnational view of the relationship between the Empire and the Provinces

INTERESES PROVINCIALES EN BRASIL EN LOS AÑOS DE LA GUERRA CIVIL NORTEAMERICANA: una mirada transnacional sobre relaciones entre el Imperio y las Provincias

JULIANA JARDIM DE O. E OLIVEIRA
Doutora em História/ Universidade Federal de Ouro Preto
Ouro Preto/Minas Gerais/Brasil
jujardim84@gmail.com

Resumo: Este artigo aborda o tema das relações entre Império e Províncias no Brasil a partir de um olhar internacional e em um contexto de “crise da década de 1860” e da Guerra Civil nos EUA. Dentro do contexto de uma guerra que tem implicações transnacionais, analisaremos dois focos de debate na Câmara dos Deputados do Brasil que sofreram a influência do conflito nos EUA: as propostas de retomada de produção do algodão e os problemas relativos ao recrutamento de soldados em meio à guerra. Busca-se demonstrar que a Câmara dos Deputados foi palco importante para que os deputados se posicionassem a partir de diferentes interesses regionais ou provinciais, frente a um contexto internacionalizado. Em suas falas é possível observar que em face ao conflito norte-americano e o contexto internacional, os parlamentares foram capazes de fazer uso de um “jogo de escalas” para discutirem demandas e interesses regionais, explicitando relações nacionais, regionais e internacionais.

Palavras-chave: Estado Nacional. Guerra Civil. Províncias.

Abstract: This paper discusses the relationship between the Empire as a central power and the Provinces in Brazil from an international perspective within the context of the “crisis of the 1860s” and the American Civil War. In view of this national conflict with transnational implications, we will focus on two debates in the Brazilian Lower House of Congress: the debates over the investments in cotton production and the army recruitment in times of war. The Lower House was an important environment for Brazilian Congressmen to defend different regional or provincial demands, in view of an internationalized context. In their speeches it is possible to assert that, when faced with the North American conflict and the international context, congressmen were able to use a game of “scales” to expose their regional demands and interests, highlighting national, regional, and international relationships.

Keywords: Civil War. National State. Provinces.

¹ Artigo submetido à avaliação em agosto de 2018 e aprovado para publicação em janeiro de 2019.

Resumen: Este artículo trata del tema de las relaciones entre imperio y provincias de Brasil a partir de la mirada internacional en el contexto de la “crisis de la década de 1860” y de la Guerra Civil de los EEUU. Dentro del contexto de una guerra de carácter internacional, analizaremos dos enfoques de debate en la Cámara de los Diputados de Brasil: las propuestas de retomadas en la producción del algodón y los problemas relacionados al reclutamiento de soldados en el medio de la guerra. Es objetivo probar que la Cámara de los Diputados fue un escenario importante para que los diputados se posicionaran a partir de diferentes intereses regionales o provinciales, frente a un contexto internacionalizado. En sus declaraciones es posible observar que ante el conflicto norteamericano y el contexto internacional, los parlamentarios fueron capaces de hacer uso de un “juego de escalas” para discutir demandas e intereses regionales, explicitando relaciones nacionales, regionales e internacionales.

Palabras clave: Estado Nacional. Guerra Civil. Provincias.

Introdução

A importância de se compreender as relações de tensão e acomodação entre poderes regionais/locais e poderes centrais como parte fundamental da formação dos Estados nacionais na América é hoje quase um consenso entre historiadores que se debruçam sobre o continente ao longo do século XIX. Apesar de ser considerado um tema tradicional no âmbito da história política do Brasil, não se trata de um assunto esgotado e, analisado a partir de diferentes contextos e lentes, vem ajudando a compreender cada vez mais os meandros da formação política nacional desde o pós-independência até a proclamação da República.

Este tema é particularmente caro, pois contribui sobremaneira para se pensar a formação nacional não apenas no Brasil, mas em um escopo ampliado, no continente americano. As disputas políticas em torno da definição de soberanias, territórios e cidadania no pós-independência na América pode ser um dos fios condutores para se pensar as histórias nacionais no território americano a partir de uma visão internacionalizada.

Sabemos que as primeiras décadas do século XIX nas Américas representaram um momento de grandes e profundas transformações impulsionadas pelos processos de independência. Estas transformações, ou rupturas, abriram um grande leque de possibilidades de arranjos políticos e institucionais e, ao longo de todo o século XIX, é possível observar longas disputas políticas em torno de modelos de governo mais centralizados ou mais descentralizados. Em casos como o da Argentina e

Outros Tempos, vol. 16, n. 27, 2019, p. 276 - 299. ISSN: 1808-8031

dos Estados Unidos², é possível afirmar que a conformação de um país unificado, e a afirmação de um território uno e indivisível, foi possível apenas após longos e sangrentos processos de guerra civil.

As disputas entre poderes regionais e centrais no território americano foram compreendidas por muito tempo dentro de espaços e processos nacionais. Há algum tempo, contudo, tem havido um esforço de construção de narrativas que ultrapassem as barreiras dos Estados nacionais, compreendendo que é possível analisar essas disputas dentro de um contexto ampliado, do continente americano como um todo, e da formação do sistema internacional de nações no século XIX.

Nesse sentido, valemo-nos aqui de uma perspectiva dentro da historiografia que tem produzido muitos frutos – a história atlântica. Apesar de não ser algo exatamente novo na historiografia, a história atlântica vem se desenvolvendo cada vez mais, junto à história transnacional e global, contribuindo para a reelaboração e reinserção da unidade estatal como unidade de análise e como forma social organizadora do mundo na história. Nos últimos anos, os trabalhos realizados a partir dessa perspectiva, que antes eram concentrados em análises de circulação de ideias, produtos e pessoas entre os séculos XVI e XVIII³, têm tido o seu escopo temporal ampliado para o século XIX⁴, contribuindo para a superação da visão do Estado nacional como entidade reificada, naturalizada⁵, e ajudando a compreender ainda melhor os emaranhados processos da construção nacional na América.

² Analisei essa passagem em termos constitucionais e com o foco na transformação do conceito de confederal/federal a partir de um estudo comparado entre Argentina e Estados Unidos: OLIVEIRA, Juliana Jardim de. *De muitos, um: estado, território e narrativas nacionais nos Estados Unidos e na Argentina no Século XIX*. 1. ed. Rio de Janeiro: Multifoco, 2014.

³ A bibliografia sobre História Atlântica é bastante vasta. Cito aqui apenas algumas que são representativas do ponto de vista da definição do campo da história atlântica, mas outras obras são referenciadas ao final deste texto. Cf. GAMES, Alison. Atlantic history: definitions, challenges, and opportunities. *The American Historical Review*, v. 111, n. 3, p. 741-757, jun. 2006. Published by: Oxford University Press on behalf of the American Historical Association Stable URL: <http://www.jstor.org/stable/10.1086/ahr.111.3.741>. Accessed: 25 jan. 2016 17:44 UTC. GREENE, Jack; MORGAN, Philip P. *Atlantic history: a critical appraisal*. New York: Oxford University Press, 2009. 371 p.; BAILYN, Bernard. *Atlantic history: concept and contours*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2005. 149 p.

⁴ CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. Some Caveats about the 'Atlantic' paradigm. *History Compass*, v. 1, p. 1-4, 2003.

⁵ PALTÍ, Elías J. The nation as a problem: historians and the national question ...; PALTÍ, Elías J. *El tiempo de la política: el siglo XIX reconsiderado*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2007; GUERRA, François-Xavier (Coord.). *Inventando la nación: Iberoamérica siglo XIX*. México, Fondo de Cultura Económica, 2003.

Neste contexto, a Guerra Civil nos Estados Unidos foi um dos eventos mais importantes no continente americano. Por muito tempo compreendida pela historiografia norte-americana como um evento essencialmente nacional, hoje a Guerra Civil tem sido analisada sob um ponto de vista internacionalizado, revelando que o conflito endereçou muitas questões políticas, econômicas e sociais que, em realidade, correspondiam a dilemas de escopo atlântico. O Brasil era parte importante nesse contexto atlântico e no concerto de nações. O Império era não apenas o segundo maior país nas Américas, exercendo grande influência regional, mas também o segundo maior país independente escravista no mundo. Brasil e Estados Unidos estavam, portanto, interconectados nesse espaço atlântico, e enfrentavam dilemas similares e fundamentais para o processo de consolidação nacional.

Neste artigo vamos partir desse contexto internacionalizado e ampliado com o objetivo de demonstrar que os deputados brasileiros se compreendiam dentro desse universo mais amplo e fizeram uso do espaço da Câmara dos Deputados para se posicionarem a partir de seus interesses e demandas provinciais. Queremos demonstrar que havia uma contemporaneidade nesta compreensão mais ampla, e que importantes questões que foram endereçadas pela Guerra Civil norte-americana e pela década de 1860 foram recebidas, pensadas e reelaboradas pelos deputados brasileiros a partir de suas experiências políticas próprias, nacionais e regionais.

Para isso, consideramos aqui duas questões fundamentais: em primeiro lugar é preciso ter em mente que esta perspectiva contribui para reelaborar as narrativas na América e, ao mesmo tempo, elucidar questões nacionais. Por isso, consideramos fundamental o uso das mudanças de “escala”, como assinalou Jacques Revel⁶, afirmando a importância de se pensar temas e objetos a partir de um movimento de “ir e vir” em termos de amplitudes, maiores e menores, sobre um mesmo objeto. Ou seja, olhar para os Estados nacionais como unidades prevalentes de ação humana no mundo ocidental moderno, mas compreender, ao mesmo tempo, que compõem unidades maiores de análise, que podem ser regionais, continentais, transnacionais, atlânticas. Para Revel, esse olhar, passando de uma escala maior para uma menor, pode nos ajudar a compreender melhor os problemas internos às nações, mas tendo em vista “a

⁶ REVEL, Jaques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. Tradução de Anne-Marie Milon de Oliveira. *Revista Brasileira de Educação*, v. 15, n. 45, p. 434-444, set./dez. 2010.

necessidade de levar em conta os fenômenos maciços, as longas durações, os espaços vastos”⁷.

Em segundo lugar, também é fundamental pensar que a década de 1860 constituiu para esse mundo ocidental moderno um momento crucial na conformação de seu sistema internacional de nações, e pode ser observada como uma década de crise em um mundo atlântico. Uma década que foi palco de “um complexo de levantes que incluíram múltiplas guerras civis, invasões europeias, rebeliões separatistas, lutas por independência e unificação, levantes escravos e emancipação de escravos”⁸. Foi um período considerado herdeiro dos movimentos liberais de 1848, do triunfo do capitalismo internacional, da consolidação de um sistema internacional de nações e de comércio, de grandes guerras, como a Guerra do Paraguai e da Guerra de Secessão nos Estados Unidos, da independência de Cuba, da formação da Itália e da Alemanha, de reivindicações nacionalistas pautadas na ideia de autodeterminação dos povos, e, na América também, pelo “ressurgimento” do debate sobre o republicanismo no continente americano⁹, além da abolição da escravidão dentro da maior nação escravista.

O período integra, portanto, um contexto mais amplo de desenvolvimento dos Estados nacionais no mundo atlântico, sendo, então, fundamental para as duas maiores nações da América no século XIX, o Brasil e os Estados Unidos. Apesar das inúmeras diferenças, é possível afirmar que ambos passavam por dilemas inerentes ao processo de construção e consolidação nacional, como o debate entre a centralização/descentralização do poder, o alcance do Estado em regiões de fronteira e ocupação efetiva dos territórios sob jurisdição do Estado, a disputa de interesses regionais, a questão da mão de obra escrava e a sua substituição pelo trabalho livre, e os sistemas de governo, republicano, monárquico, representativo.

A década de 1860 e a Guerra Civil norte-americana

⁷ Ibid., p. 435.

⁸ DOYLE, Don Harrison (Ed.). *American civil wars: The United States, Latin America, Europe, and the crisis of the 1860s*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2017. p.1.

⁹SANDERS, James E. *The vanguard of the Atlantic world: creating modernity, nation, and democracy in nineteenth-century Latin America*. Durham: Duke University Press, 2014; DOYLE, op. cit. Sanders afirma que o continente americano teria elaborado um republicanismo e uma modernidade própria, que irradiou pelo continente e também para a Europa. No já citado texto de Wilma Peres, a autora também assinala esse caminho “invertido” do republicanismo, “Desafiando el tiempo contínuo, de forma perversamente circular, la idea republicana estaba siendo reenviada a Europa por medio de America”.

A compreensão da década de 1860 como um período de crise vem se consolidando no meio acadêmico. Em seu texto clássico, Eric Hobsbawm já havia assinalado que se tratava de um período fundamental, herdeiro de 1848, de consolidação do capitalismo internacional e de sangrentas guerras, como a Guerra Civil e a Guerra do Paraguai¹⁰. O historiador norte-americano, Don H. Doyle, afirma que a década foi fundamental no contexto atlântico e que a Guerra Civil nos Estados Unidos só pode ser compreendida a partir deste universo ampliado, onde estava em jogo o mundo do trabalho, a expansão das ideias de liberdade, o republicanismo. Estes elementos também foram assinalados pelos historiadores Susan-Mary Grant e Peter J. Parish, para quem o período teria embasado grandes questões relacionadas ao nacionalismo, à democracia, à liberdade, aos direitos das minorias, às autoridades centrais e aos governos locais, ao uso e ao abuso do poder, bem como aos horrores da guerra¹¹.

De acordo com a historiadora Wilma Peres da Costa, este debate ainda precisa ser enriquecido, evidenciando as conexões da história continental na América e em particular na década de 1860. Para a autora, a década, a qual denominou “*los tormentosos años 60*”, teria sido marcada também pela conflitiva relação entre monarquias e repúblicas nas Américas e pelos efeitos explosivos da convivência entre escravidão e trabalho livre nas “fronteiras vivas do continente americanos”. Além disso, teria sido um momento fundamental dentro da grande reconfiguração de centros e periferias na conformação do concerto internacional de nações que se consolidava naquele momento¹².

Foi também a década de recomposição mundial do capitalismo e do trabalho no mundo na análise do historiador Sven Beckert¹³. O historiador argumenta que uma das consequências diretas da Guerra Civil norte-americana foi a necessidade de a indústria têxtil se reestruturar e se adaptar. Assim, a centralidade da produção de algodão nos Estados Unidos cedeu lugar para um império do algodão estruturado por múltiplos e poderosos Estados nacionais e suas colônias, baseadas no trabalho

¹⁰ HOBBSAWM, Eric. *A Era do Capital: 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 91.

¹¹ GRANT, Susan-Mary; PARISH, Peter J. *Legacy of disunion: the enduring significance of the American Civil War*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2003. p. 5.

¹² COSTA, Wilma Peres. Los Tormentosos Años 60 y la Crisis de la Monarquía en Brasil: Guerra, Esclavitud e Imaginarios Políticos. In: PALACIOS, Guillermo; PANI, Erika (Org.). *El Poder y la Sangre: guerra, estado y nación en la década de 1860*. Mexico: Colégio de México, 2014.

¹³ BECKERT, Sven. Emancipation and empire: reconstructing the Worldwide Web of Cotton Production in the age of the American Civil War. *The American Historical Review*, v. 109, n. 5, p. 1405-1438, 2004; BECKERT, Sven. *Empire of cotton: a global history*. New York: Alfred A. Knopf, 2014.

assalariado. Essa descentralização da produção de algodão teria impulsionado grandes áreas do mundo para uma economia global. É importante lembrar que até a Guerra Civil, a escravidão estava no cerne da produção têxtil no mundo, uma vez que a matéria-prima da indústria era alimentada por um sistema escravista. A produção das grandes commodities no mundo – algodão, café e açúcar – demonstrava uma clara relação entre aquele capitalismo industrial que se consolidava e a escravidão, e atrelavam nesse sistema, particularmente, Brasil, Cuba e Estados Unidos, “polos dinâmicos de uma maciça expansão da escravidão para atender à crescente demanda”¹⁴. Deste modo, o fim da escravidão nos EUA em 1865 também teve consequências para muito além do escopo nacional.

No contexto desta década de crise, um evento teve enorme importância e repercussão dentro do continente americano – a Guerra Civil norte-americana, entre 1861-1865. Apesar de não ter sido o único país a passar por uma guerra civil no contexto de consolidação do Estado nacional, o caso norte-americano apresenta algumas particularidades e tornou-se um marco ilustrativo. A Guerra Civil pode ser considerada um dos maiores conflitos do século XIX, trazendo inovações bélicas e estruturais, como o uso das grandes linhas férreas norte-americanas para a movimentação de tropas e a arregimentação de um exército repleto de imigrantes e negros. Dentro do âmbito atlântico a que estamos nos referindo, o conflito não se limitava a um problema seccional. Pode-se afirmar que dentre as questões que se levantavam a partir do conflito, estavam nada menos do que o embate entre escravidão e liberdade, democracia e privilégio, autodeterminação dos povos e ambições imperiais¹⁵.

Também é fundamental o fato de que os Estados Unidos eram uma república federativa representativa que vinha de um período de cerca de 80 anos de “conciliação” política dentro do seu modelo de federalismo. Diferentemente do que ocorreu, por exemplo, na Argentina pós-independência, os EUA haviam conseguido estabelecer um governo com a participação da população através do voto e uma Constituição escrita. O que havia sustentado o federalismo nos EUA até ali tinha sido um frágil equilíbrio entre os interesses estaduais, e entre os interesses estaduais e

¹⁴MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo (Org.) *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p.7.

¹⁵ GRANT, Susan-Mary; REID, Brian Holden. *Themes of the American Civil war: the war between the states*. New York : Routledge, 2010. p. xviii.

nacionais. Apesar disso, o país encontrava-se dividido por uma linha imaginária entre o norte “livre” e o sul escravista, e as disputava ferrenhas por território, políticas nacionais e poder no congresso tornavam-se cada vez mais evidentes a partir da década de 1850.

Importa aqui fazer uma breve consideração sobre o federalismo nos Estados Unidos e no continente americano. A expressão “de muitos, um” (mote do federalismo norte-americano) é uma imagem que pode ilustrar os diferentes casos de formação nacional na América. Por todo o continente, agregar unidades locais, municipais, provinciais e estatais em torno de um projeto nacional e territorial unificado foi uma questão comum para realidades linguísticas, culturais e políticas diversas. Uma situação que suscitou um questionamento que se repete, ao longo do tempo e nos diferentes espaços americanos: por que e como estas diversas unidades políticas (municipais, provinciais, estaduais) unificaram-se em torno de um projeto nacional, e como fizeram isso, ou como explicar a adesão das elites em um único Estado, como questionou Miriam Dolhnikoff¹⁶. Para Marcello Carmagnani, por exemplo, é possível pensar a experiência política na América a partir de um campo de experiência política pautada no federalismo/confederacionismo como uma espécie de “cultura política”, ou seja, um processo de acomodação de interesses que foi parte, de norte a sul do continente, da formação de nações modernas e unificadas, territorial e politicamente.

Se a ideia federalista foi fundamental para a formação nacional dos Estados Unidos e outros países da América espanhola, no Brasil seu significado pareceu estar imbuído de sentido negativo, associado mesmo à ideia ou a um estado de anarquia, particularmente no período auge da consolidação do Segundo Reinado. Esta associação é interessante, pois, o significado e a prática “federal” a partir do modelo dos EUA, foi exatamente o de um maior fortalecimento do poder central, que passou a conjugar os interesses regionais. Nos debates da Câmara dos Deputados entre 1861 e 1865, por exemplo, os representantes provinciais não fazem uso do termo a não ser para referirem-se aos Estados Unidos, e mesmo à Guerra Civil, apesar do uso constante dos termos “centralização” e “descentralização”.

Ao mesmo tempo, uma das principais bandeiras do movimento republicano foi o federalismo, fazendo claras referências ao sistema político norte-americano e

¹⁶ DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. Globo Livros, 2005.

apontando para a necessidade de o Brasil seguir os passos do restante do continente. A ideia de que o federalismo era a forma pela qual se construía uma união “mais perfeita” para se alcançar a paz perpétua entre os elementos conformadores da nação, era o preceito mais importante nesse sentido. O federalismo, portanto, no continente americano ao longo do século XIX, teve importância fundamental como princípio de organização política e social.

Apesar de sua extensão, duração e importantes consequências, particularmente a abolição da escravidão, a Guerra Civil norte-americana foi tradicionalmente narrada como um evento essencialmente nacional gerado a partir de fissuras internas, por muito tempo confinadas à fronteira do Estado nacional e analisada como mais um capítulo da história do excepcionalismo norte-americano. Por isso, a importância de um crescente movimento historiográfico em torno da internacionalização da Guerra Civil. De acordo com Don H. Doyle¹⁷, é necessário demonstrar que a Guerra Civil conectava-se ao seu contexto por influências em diversas direções e que o seu caráter internacionalista era compreendido de forma contemporânea: a “questão americana” importava para além das fronteiras dos Estados Unidos. Neste processo de “atlantização” da Guerra Civil é interessante perceber e analisar também quais foram os impactos desse conflito sobre outras partes do continente e do mundo no mesmo contexto de crise dos anos 1860 e da consolidação do sistema de nações. Isso poderá contribuir para a desconstrução da ideia de “excepcionalidade” dentro do continente e para repensar as relações entre Brasil e Estados Unidos de maneira mais integrada em uma história política para o continente americano.

O Império brasileiro na década de 1860

Para o Brasil a década de 1860 também foi fundamental. Marcados pelo fim do período político da “Conciliação”, os anos iniciais da década foram momento de retomada de debates e questões relacionados à maior centralização ou descentralização do Estado, ressurgindo nos debates legislativos¹⁸. Era um período complicado para o

¹⁷ DOYLE, *O pacto...* op. cit.; KELLY, Patrick J. The North American Crisis of the 1860s. *The Journal of the Civil War Era*, v. 2, n. 3, p. 337-368, sept. 2012.

¹⁸ FERREIRA, Gabriela Nunes. *Centralização e descentralização no Império: o debate entre Tavares*

Outros Tempos, vol. 16, n. 27, 2019, p. 276 - 299. ISSN: 1808-8031

Império, que precisava lidar com o grave problema da falta de mão de obra para abastecer a crescente cultura do café diante do fim do tráfico de escravos na década anterior, havia grandes diferenças econômicas e sociais entre as regiões, crises financeiras, empréstimos internacionais, secas e pragas no Nordeste. Eram necessárias melhorias nos sistemas de comunicação e de transporte, e de investimentos na educação e na agricultura. Além disso, havia uma grande pressão internacional cada vez mais forte pelo fim da escravidão. Junto aos Estados Unidos, o Brasil era a segunda maior nação independente a manter a escravidão, que ainda era, naquele período, um dos sustentáculos da nação. A partir da abolição nos EUA com o final da Guerra Civil, o Império foi impulsionado por forças internas e externas a pensar definitivamente sobre o problema da escravidão¹⁹.

Deste modo, apesar da relativa estabilidade, ao longo dos anos da década de 1860, essas questões começaram a pesar cada vez mais sobre o governo imperial, principalmente quando o país entrou na Guerra do Paraguai, e estas fragilidades vieram à tona.

Foi também período de reorganização política e partidária no país, com o fim do período da “Conciliação” e a formação, em 1862, da “Liga Progressista”. Foram anos propícios a novos debates em relação à centralização do poder, e políticos de tendências mais liberais passam a criticar abertamente os excessos praticados pelo poder imperial, no que dizia respeito à interferência nos processos eleitorais, à organização dos ministérios e ao alcance do Poder Moderador. Um período que foi fundamental para o enfrentamento de “desafios concretos” com os quais a elite imperial teria de lidar, como “a manutenção da unidade territorial, a acomodação da enorme diversidade regional, a escravidão e a perspectiva de seu fim”²⁰.

Bastos e visconde de Uruguai. São Paulo: Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo; Ed. 34, 1999; COSER, Ivo. *Visconde do Uruguai: centralização e federalismo no Brasil – 1823-1866*. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Editora da UFMG; Iuperj, 2008. 432 p.; DOLHNIKOFF, *O pacto...* op. cit., 330 p.

¹⁹ YOUSSEF, Alain. A Guerra Civil Norte-Americana e a crise da escravidão no Império do Brasil: o caso da Lei do Ventre. In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 7., 2015, Curitiba. *Anais...* Curitiba, 2015, p. 2. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br> Acesso em: 5 dez. 2016

²⁰ FERREIRA, Gabriela Nunes. *Centralização e descentralização no Império: o debate entre Tavares Bastos e visconde de Uruguai*. São Paulo: Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo; Ed. 34, 1999; COSER, op. cit.; DOLHNIKOFF, *O pacto ...* op. cit.;

De acordo com Gabriela Nunes Ferreira, a centralização política e administrativa foi um dos temas mais debatidos no Brasil na década de 1860. A autora pontua a questão do federalismo na base de discussão da política brasileira, trazendo à tona o tema da apropriação de modelos político-institucionais estrangeiros, notadamente o norte-americano. Como parte dos debates sobre a centralização/descentralização, Gabriela Ferreira afirma que estão na sua base questões como “a manutenção da unidade territorial, a acomodação da enorme diversidade regional, a escravidão e a perspectiva de seu fim, as relações com as nações estrangeiras, o desenvolvimento nacional”²¹. Ao passo que José Murilo de Carvalho ressalta a importância nesse período do combate à centralização das decisões de assuntos provinciais e locais nas mãos do poder central²².

Lucia M. Paschoal Guimarães lembra-nos que havia sido construído um certo consenso narrativo para o Brasil em relação aos rumos que os conflitos entre esses interesses tiveram na história do país pós-independência. Para construir a unidade e manter a união, o poder central, na figura do poder imperial, teria conseguido “impor com mão de ferro” a centralização a partir do Rio de Janeiro e do fortalecimento do poder central²³. A unidade do país teria sido forjada justamente pela sobreposição do poder central sobre os poderes provinciais/regionais, ou a anulação destas forças regionais, garantindo, assim, a manutenção do Império do Brasil e da monarquia. Esta interpretação vem sendo há algum tempo reelaborada e enriquecida por trabalhos que passaram a dar um peso maior aos espaços de atuação política-institucional dos poderes regionais e provinciais. Importantes historiadores brasileiros têm se debruçado sobre a importância destas disputas de interesses provinciais e assinalam o papel fundamental da Câmara dos Deputados como lugar privilegiado para estas discussões e disputas dentro do Estado imperial²⁴. Para ilustrar esse debate que é bastante extenso e

²¹ FERREIRA, op. cit., p.20.

²² CARVALHO, José Murilo de. Federalismo y Centralización en el Império Brasileño. In: CARMAGNANI, Marcello (Coord.). “Introdução”. *Federalismos latinoamericanos: México/Brasil/Argentina*. México, Fondo de Cultura Económica, 1993. p. 65

²³ De acordo com Lucia Guimarães, a construção desta narrativa da centralização, particularmente a partir da década de 1830 e do “Regresso”, teria se baseado no clássico texto de Justiniano José da Rocha: “Ação, Reação e transação”.

²⁴ DOLHNIKOFF, *O pacto ...* op. cit.; BARBOSA, Silvana Mota. A política progressista: Parlamento, sistema representativo e partidos nos anos 1860. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (Org.). *Repensando o Brasil do oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 293-324; OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. *Construtores*

Outros Tempos, vol. 16, n. 27, 2019, p. 276 - 299. ISSN: 1808-8031

complexo, a historiadora Ana Paula Freitas destaca que as novas abordagens “têm questionado a ênfase no papel exclusivo do poder Moderador, ao destacar a importância da força de decisão da Câmara dos Deputados e do contexto político em que tais decisões ocorriam”²⁵.

A ideia de que a Câmara dos Deputados era um espaço de atuação efetiva para os representantes dos interesses provinciais vai de encontro, portanto, à noção construída de que o poder executivo consolidava o Estado brasileiro às custas das províncias. Pelo contrário, os deputados influenciaram fortemente as decisões do Poder Executivo e engajaram-se em debates sobre questões materiais, de infraestrutura, mas também ideológicos, particularmente sobre o alcance do poder central²⁶. Torna-se necessário, assim, “atentar para o fato de que a Câmara dos Deputados era o espaço de formulação das políticas nacionais, através da negociação, confrontos e debates entre diversos setores das elites regionais”²⁷. De modo incisivo, afirma Dolhnikoff que era na Câmara que se tomavam as grandes decisões da política nacional: “escravidão, organização institucional, força militar, criação de tributos, obras públicas, etc.”, conferindo à Câmara papel fundamental no jogo político²⁸. Apesar da marca do centralismo, a Câmara representou um importante espaço de participação política e de disputas de interesses provinciais entre as elites regionais, mas também entre esses e o poder nacional, absorvendo “os diferentes setores das elites que precisavam negociar cotidianamente seus interesses da esfera política”²⁹.

A Guerra Civil e os debates na Câmara dos Deputados

Durante os primeiros anos da década de 1860, muitos deputados, de diferentes províncias e posicionamentos políticos, levaram o tema da Guerra nos EUA

do Império, Defensores da Província: São Paulo e Minas Gerais na formação do Estado Nacional e dos poderes locais, 1823-1834. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.

²⁵ FREITAS, Ana Paula Ribeiro. *Minas e a política imperial: reformas eleitorais e representação política no parlamento brasileiro (1853-1863)*. 2015. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

²⁶ GREGÓRIO, Vitor Marcos. O poder da representação: a relação entre Executivo e Legislativo na política imperial de meados do século XIX. *Almanack*, Guarulhos, n.13, p. 56-82, maio/ago. 2016. p. 57.

²⁷ FREITAS, *Minas...* op. cit., p.18.

²⁸ DOLHNIKOFF, Miriam. Império e Governo representativo: uma releitura. *Caderno CRH* [online], v.21, n. 52, p. 13-23, jan./abr., 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792008000100002> Acesso em: 14 jan. 2017.

²⁹ DOLHNIKOFF, *O pacto...*, op. cit., p. 283; DOLHNIKOFF, *Império...* op. cit., p. 22.

para dentro do parlamento brasileiro, direta ou indiretamente. Em suas falas é possível identificar que diante do conflito norte-americano e do contexto internacional atlântico, esses parlamentares foram capazes de refletir internamente sobre esse contexto, fazendo uso de um “jogo de escalas” ao analisar soluções ou problemas que estavam em debate.

Devido aos limites deste trabalho, analisaremos essas atuações dos deputados, na Câmara, a partir de dois focos principais, extremamente conectados à Guerra Civil e à realidade brasileira na década de 1860: as discussões em torno da retomada do plantio de algodão no Brasil, questão fundamentalmente econômica e que recebeu influência direta da Guerra nos EUA, e em torno do recrutamento para as forças militares, já no contexto do fim da Guerra Civil norte-americana e princípio da Guerra do Paraguai. São temas muito caros ao Estado brasileiro no período, independentemente do conflito norte-americano, mas que, diante da experiência da guerra ao norte do continente e do mundo internacionalizado, foram pensadas pelos deputados a partir do jogo de escalas ao qual nos referimos. Eles partem de suas realidades regionais, jogam para o âmbito nacional, depois para o âmbito internacional, e de volta às demandas regionais. Inserem, portanto, seus interesses em uma escala muito mais ampla e interconectada aos acontecimentos fora do Brasil, pensando estes temas dentro da própria conformação do sistema internacional de nações e capitalista.

Sabemos que o algodão tornou-se em meados do século XIX o grande motor do capitalismo industrial, tendo na Inglaterra o seu centro manufatureiro e financeiro, e nos Estados Unidos o seu fornecedor principal de matéria-prima. O desenvolvimento da guerra nos EUA causou grande frenesi no meio industrial e financeiro devido à abrupta interrupção na produção e distribuição da *commodity*. Se o algodão era rei, a Guerra Civil havia se tornado uma grande preocupação política e econômica para o mundo ocidental e passou a representar uma questão de Estado e de dimensões globais.

O Brasil já era considerado um potencial fornecedor de algodão para a crescente indústria têxtil e, diante da lacuna aberta pelos EUA, a questão passou a ser analisada pelos deputados das províncias do Nordeste e Norte do país, que se encontravam em nítida desvantagem econômica em relação às províncias do Sudeste desde que o café passou a dominar a economia brasileira.

Através da imprensa e de discursos na Câmara, associou-se a Guerra Civil à possibilidade de desenvolver as regiões brasileiras que estavam “à míngua”, por meio do cultivo do algodão, do incentivo à imigração e da ocupação de regiões “vazias”. Seria possível criar mais escolas agrícolas, atraindo para a região outros cultivos e a pecuária, ao mesmo tempo que se desenvolveria as estradas e o transporte pelo rio São Francisco. Na imprensa, clamava-se ao poder central, aos produtores e aos políticos que prestassem séria atenção à cultura e também ao melhoramento dos transportes nas regiões produtoras, acreditando que, se fosse levada a sério, “a praça de Pernambuco poderosa e importante” poderia rivalizar “com esses empórios que ao mundo oferecem a Inglaterra, a França, a Alemanha e os Estados Unidos”³⁰.

Na Câmara, o assunto surgiu em maio de 1861, quando o deputado liberal de Alagoas, Aureliano Tavares Bastos, submeteu à Câmara dos Deputados representações sobre o desenvolvimento da indústria de algodão, relacionadas aos “negócios em Alagoas”. Uma delas tratava das fábricas de fundição e tecidos da empresa “União Mercantil”³¹, que fabricava tecidos de algodão e peças e instrumentos para a agricultura e indústria. Tavares Bastos solicitou auxílio financeiro à Câmara para colocar a empresa em funcionamento, já que se encontrava em graves dificuldades econômicas geradas pelas últimas colheitas. Em outra petição, Bastos solicitou subsídio do governo central para a Companhia de navegação em Alagoas, a qual traria grande benefício para “as comunicações do interior com o porto de Maceió, e por outro lado darão valor aos terrenos [...] das margens das *lagôas*”³². É importante ressaltar como nos discursos parlamentares procurou-se atrelar o desenvolvimento econômico que poderia ser trazido pela cultura e manufatura do algodão ao desenvolvimento de outras áreas importantes para as províncias, principalmente em relação à comunicação e transporte, que poderiam de fato promover a integração destes territórios ao Império. Ao mesmo tempo em que se desenvolveria internamente, o Brasil poderia também ocupar um espaço

³⁰ *Diário de Pernambuco*, edição 00124, 31/05/1861.

³¹ Primeira fábrica da indústria têxtil em Alagoas, criada por decreto imperial em 1857, que “autoriza a incorporação e aprova os Estatutos da Companhia União Mercantil, que tem por fim estabelecer na Província das Alagoas huma fabrica de fiar e tecer algodão e huma fundição della dependente”. BRASIL. Decreto, nº 1.960, de 22 de agosto de 1857. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=62288&norma=78173>. Acesso em: 10 jan. 2017.

³² *Anais da Câmara dos Deputados* (Doravante ACD), Sessão de 25/05/1861, TOMO 1, p. 386. Grifo do autor.

Outros Tempos, vol. 16, n. 27, 2019, p. 276 - 299. ISSN: 1808-8031

maior no cenário internacional como um grande produtor de algodão e assumindo uma posição mais forte no cenário internacional, junto às grandes nações.

Outra questão que aflorava do algodão era a melhoria dos transportes, fator essencial para o escoamento da produção algodoeira e que representava o próprio alcance do Estado nacional nos rincões do país. Assim, a retomada do algodão na década de 1860 não seria apenas uma oportunidade econômica restrita ao cultivo, mas representava também uma forma de inserção ao próprio Estado nacional das províncias ao norte, algo que integrava, como queremos salientar, uma relação entre interesses provinciais, nacionais e o contexto internacional³³.

Em relação à situação das estradas e transportes no Brasil, foi o deputado Evaristo Ferreira da Veiga³⁴, quem associou a situação nacional à dos EUA, comparando-a ao desenvolvimento da região do Mississippi nos EUA, que teria nas vias de comunicação um agente transformador fundamental e como forma de integração nacional, contribuindo para a propagação de ideias políticas, econômicas e administrativas, bem como o desenvolvimento das relações sociais³⁵.

Outro que chamou a atenção do governo imperial para o estado da cultura do algodão no Norte do país foi o deputado maranhense Fabio Alexandrino Carvalho Reis³⁶ afirmando que a situação nos Estados Unidos era extremamente grave para as indústrias inglesas “e por consequência ligam-se tão estreitamente aos nossos interesses agrícolas, principalmente das províncias produtoras de algodão”³⁷. Solicitou ao governo que auxiliasse a retomada da produção, associando claramente os acontecimentos nos EUA, na Inglaterra e nas províncias do norte do Império, notadamente, na província do Maranhão, e afirma que diante do conflito o governo deveria dar especial atenção “àquelas de nossas províncias que mais atrasadas se acham, as quais podem entrar nas vias do progresso, por isso que são as mais adaptadas a esta produção”³⁸. Carvalho Reis aponta duas questões muito importantes nesse sentido: primeiramente, que a situação

³³ GREGÓRIO, Vitor Marcos. Os deputados e o Rio: os debates de 1853 sobre a navegação a vapor no Rio Amazonas e o sistema representativo no Brasil Monárquico. *Revista de História*, n. 162, p. 155-168, 1. sem.2010, p. 155

³⁴ Natural de Minas Gerais, advogado e juiz municipal, filiado ao Partido Conservador, deputado geral pela província de Minas Gerais e senador do império pela mesma província.

³⁵ ACD, Sessão de 19/08/1861, TOMO 3, p. 218.

³⁶ Deputado geral pela província do Maranhão, médico, escritor e político. Foi também presidente da província do Pará.

³⁷ ACD, Sessão de 22/06/1861, TOMO 2, p. 185.

³⁸ ACD, Sessão de 22/06/1861, TOMO 2, p. 185.

Outros Tempos, vol. 16, n. 27, 2019, p. 276 - 299. ISSN: 1808-8031

daquelas províncias devia-se também ao fim do tráfico de escravos, uma vez que não havia braços para a cultura em Pernambuco. Em segundo lugar, o deputado toca no fato de que os problemas que afetavam a produtividade do algodão no Brasil no norte do país referiam-se a questões de infraestrutura e falta de investimento em tecnologia, e que era o momento certo para “matar o espírito político pelo espírito de progresso real do país; é época própria para procurarmos attrahir braços livres daqueles que recearem o estado de tumulto e de guerra com que se acha a Europa, é época própria para cuidarmos de melhorar a nossa industria e aperfeiçoar a nossa lavoura”³⁹. Era um momento de lucrar com os altos preços do algodão no mercado externo e, ao mesmo tempo, desenvolver, povoar e industrializar a região, levando para ali o progresso. Outro ponto muito interessante na fala de Carvalho é a sua análise sobre as possíveis consequências da crise do algodão no mundo. Afirma o deputado que “a mais ligeira alteração na importação de algodão na Inglaterra, o que mui naturalmente se há de verificar, será bastante para lançar uma enorme massa de população nos horrores da miséria e da fome”. Ou seja, ele consegue articular a Guerra Civil norte-americana ao mundo que do algodão depende, aos interesses nacionais brasileiros e ao interesse de sua província.

Cristiano Benedito Ottoni também associou a produção de algodão aos interesses regionais e nacionais, ressaltando a demanda pelo desenvolvimento dos meios de comunicação terrestres e a colonização no interior de Minas Gerais e defendendo a necessidade da mão do Estado no Mucuri, região propícia para a produção do algodão⁴⁰. E, em sua representação, o deputado Ottoni afirma que dos representantes da nação dependia a sorte do país, pedindo “proteção” à região, e, “enquanto não pudessem conceder-nos vias mais fáceis de comunicação, protegi ao menos e conservai a navegação fluvial e as estradas atuais; e promovendo destarte a prosperidade e o engrandecimento do comercio e da agricultura”⁴¹. Ficava clara mais uma vez, a relação entre as demandas provinciais e a necessidade de construir um país mais integrado.

Ainda em 1861, a Câmara aprovou projeto de orçamento em que se reconhecia a importância da cultura do algodão, aumentando a verba destinada a ela, concedia terras devolutas para o estabelecimento da cultura do algodão diante de

³⁹ Ibid.

⁴⁰ ACD, Sessão de 10/08/1861, TOMO 3, p. 99.

⁴¹ ACD, Sessão de 10/08/1861, TOMO 3, p. 99.

“Circunstâncias que esta augusta Câmara não ignora” e que elevava o algodão “a um alto grau de importância, tirando-a do marasmo que quase a reduziu a competência vitoriosa da produção norte-americana”⁴². Outro orador que exaltou a importância do algodão diante da crise norte-americana foi o baiano Joaquim Jerônimo Fernandes da Cunha⁴³, que defendeu em forte discurso o desenvolvimento regional das áreas produtoras de algodão e de outras riquezas como o salitre, a pedra hume, o borax. Fernandes da Cunha afirmou que o conflito nos Estados Unidos era uma oportunidade para que se despertasse “a nossa indolência e incúria” para que se aproveitasse o acontecimento, num momento em que “está o governo inglês em busca de obter um novo e vasto mercado que supra de algodão as suas fábricas”⁴⁴. O parlamentar exaltava a qualidade do algodão brasileiro e a potencialidade do país de cultivar o produto.

Ao final de seu discurso, contudo, em prol do incentivo às regiões produtoras, fez uma contundente crítica ao processo de centralização do governo imperial, afirmando que a dependência das províncias e dos brasileiros em relação ao governo era danosa, contrariava à “vontade, o respeito, o interesse geral [...] desgostando e desatendendo às reclamações nacionais [...] extinguindo a vida social que ele as suscita”⁴⁵. No ano seguinte, Ottoni novamente levanta o assunto, criticando o governo central por não desenvolver as estradas (refere-se a Minas Gerais e à ligação entre o Alto São Francisco e a capital do Império) e menciona a situação dos Estados Unidos e o algodão, questionando: “Porque não vem a este mercado o algodão em tal quantidade que possa fazer concorrência com o dos Estados-Unidos? Porque não temos estradas que o conduzam [...]”⁴⁶.

A própria experiência de guerra nos Estados Unidos e no Brasil também foi elemento fundamental no processo de consolidação nacional. Quando o Brasil entrou na Guerra do Paraguai, o maior conflito intercontinental do século XIX, a experiência de guerra dos Estados Unidos havia se tornado uma experiência muito próxima, servindo de exemplo, inclusive no âmbito da consolidação de um exército nacional e das transformações no formato de recrutamento para o exército. Em linhas muito gerais, é

⁴² *Ibid.*, p. 179.

⁴³ Natural da província da Bahia, foi um magistrado e político brasileiro. Foi deputado provincial, deputado geral e senador do Império do Brasil.

⁴⁴ *ACD*, Appendice, TOMO 3, p. 158.

⁴⁵ *ADC*, Appendice, TOMO 3, p. 160.

⁴⁶ *ACD*, Sessão de 05/08/1862, p. 45-47.

possível afirmar que o processo de recrutamento em um país é fortemente conectado à construção de um Estado nacional centralizado e forte. Apenas assim, o Estado consegue de fato forçar o recrutamento de pessoas, principalmente em um contexto de guerra, sendo, portanto, um elemento visível no processo de centralização em curso no Brasil.

O estado de guerra demandou nos dois países que se construísse uma burocracia de Estado mais eficiente e que abarcasse o território nacional de forma mais ampla, ao mesmo tempo que esses mesmos Estados precisaram admitir que não contavam com números suficientes para ganhar a guerra. O Estado Imperial e o Estado da União foram forçados, em circunstâncias de guerra e de consolidação da nação (a União para manter a nação unificada, o Brasil para garantir seu posicionamento dentro da América do Sul e assegurar não apenas a sua soberania nacional, mas também regional), a recrutar homens “de cor”, livres, libertos ou escravos. Assim, a guerra provocou alguns resultados semelhantes tanto no Rio quanto em Washington: as estruturas limitadas do recrutamento e abastecimento das tropas afetou a distribuição de poder e mexeu também na inserção racial dentro dos exércitos nacionais⁴⁷.

O jogo de escalas usado pelos deputados brasileiros no caso do algodão parece-me muito claro. Em seus discursos eles jogam o problema de o Brasil se inserir como “potência” no mundo, ao mesmo tempo que relacionam a questão diretamente ao conflito norte-americano, e de volta ao processo de integração nacional e às demandas regionais. Demonstrem, assim, não apenas estarem conscientes das possibilidades de negociação com o poder central e seus pares no Congresso, mas também que se compreendiam contemporaneamente como sujeitos parte de um mundo internacionalizado.

Por outro lado, a questão do recrutamento foi tratada um pouco mais tarde, já em meio à Guerra do Paraguai, e final da Guerra Civil nos EUA. Para compreender como o recrutamento foi um fator de guerra que colocou os interesses provinciais em disputa tendo os EUA como referência “imediate” é preciso lembrar que ambos os países vinham de uma tradição de descentralização em relação à composição de suas forças armadas, que estaria relacionada à organização de milícias, tropas localmente

⁴⁷IZECKSOHN, Vitor. *Slavery and war in the Americas: race, citizenship, and state building in the United States and Brazil, 1861-1870*. Charlottesville: University of Virginia Press, 2014.

levantadas e um comando militar ligado aos poderios locais, o que implicava em problemas na mobilização de tropas, principalmente quando se considera o tamanho de ambos os países e a sua população dispersa⁴⁸.

Para manter controle sobre os amplos territórios, foi necessário se apoiar nesses poderes, através de alianças com líderes locais, empreendedores, líderes de partidos e elites locais. Estas estruturas sociais e administrativas, que haviam limitado a expansão dos exércitos nacionais no século XIX, ficariam ainda mais claras diante das dificuldades que ambos países encontraram em seus esforços de guerra na década de 1860. Para Izecksohn, a noção de que a formação de grandes organizações militares não era do interesse das elites nem no Brasil nem nos EUA é algo consensual na historiografia, reafirmando a importância da constituição das instituições militares ao longo das guerras enfrentadas pelas duas nações⁴⁹.

No caso brasileiro, Wilma Peres associa a relação da formação de tropas irregulares e localizadas a diversos momentos e processos políticos da constituição nacional brasileira desde a independência. Para a autora a questão da formação do exército esteve intimamente associada à sua compreensão de que, ao longo do século XIX, não havia um processo inexorável em direção à centralização do Estado, e que este, ao contrário da narrativa construída em torno do processo de centralização, teria sido marcado por uma configuração federalista das elites regionais. Neste sentido, a necessidade de se montar um exército nacional em meio ao desenvolvimento dos conflitos fez sentir, mesmo nos rincões do Brasil e dos Estados Unidos, as transformações nas relações entre os poderes locais e o poder nacional, e acabou por trazer à tona também as limitações enfrentadas pelas elites centralizadoras em ambos os casos.

Foram muitos os problemas enfrentados pelo governo imperial ao irromper a Guerra do Paraguai que, assim como a Guerra Civil nos Estados Unidos, resultou em grandes dificuldades internas. Com uma organização militar “débil”, teve de construir um exército “de improviso”, “obtendo munições e marinha mais eficiente; recorrer aos

⁴⁸ IZECKSOHN, *Slavery...* op. cit., p. 10.

⁴⁹ IZECKSOHN, Vitor. Resistência ao recrutamento para o exército durante as guerras Civil e do Paraguai: Brasil e Estados Unidos durante a década de 1860. *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, v. 27, p. 85, 2001.

Outros Tempos, vol. 16, n. 27, 2019, p. 276 - 299. ISSN: 1808-8031

voluntários [...] cuidar do abastecimento e do combate às epidemias que ameaçavam as tropas [...] As finanças foram agravadas, com emissões e empréstimos”⁵⁰.

Diante de todos os problemas, havia um talvez mais complicado: ambos os governos não dispunham de soldados suficientes para vencer. A crise no alistamento e no voluntariado nos EUA foi tema analisado pelo representante brasileiro em Washington, Miguel Maria Lisboa, em suas correspondências com o Brasil. Lisboa observou os problemas que as mudanças na política de recrutamento haviam causado nos EUA, no sentido de promover uma centralização e uma burocratização mais intensa da instituição. Em ambos os países, o voluntariado⁵¹ foi fundamental para os primeiros meses de guerra, e foram abastecidos por uma excitação inicial pela guerra, pela defesa da honra, seja da União, seja do Império. Com o passar do tempo, contudo, à medida que se sofriam derrotas nas batalhas e cada vez mais cidadãos pereciam na guerra, o recrutamento tornou-se inevitável, atingia cada vez mais setores da sociedade, e não aqueles que eram costumeiramente convocados para compor o exército.

Em termos práticos, essa demanda resultou no Brasil na convocação da Guarda Nacional para assumir papéis antes designados apenas ao exército, gerando conflitos entre os poderes locais e as demandas nacionais, e, nos Estados Unidos, representou a transferência dos comandos de milícias locais para o presidente da República, o chefe das forças armadas, assim como o recrutamento compulsório. Em agosto de 1864, à beira dos incidentes que levaram à Guerra do Paraguai e do recrudescimento das tensões no Rio da Prata, particularmente, da situação em relação à República Oriental, discutia-se com afinco na Câmara dos Deputados os problemas em torno do recrutamento ou da conscrição militar. Para Carneiro de Campos⁵², a questão do recrutamento agitava a Câmara, e ainda não se havia conseguido chegar a uma solução. Comparava-se o recrutamento no Brasil aos métodos utilizados em outros países, afirmando-se que no Brasil ainda se tratava de uma questão que não estava

⁵⁰ IGLESIAS, Enrique. Prefácio às Atas do Conselho de Estado Pleno. Terceiro Conselho de Estado, 1865-1867. In: RODRIGUES, José Honório (Org.). *Atas do Conselho de Estado*. Brasília: Senado Federal, 1978. Ata de 3 de dezembro de 1866.

⁵¹ No Brasil o Decreto 3.371, de 7 de janeiro de 1865 criava os corpos de Voluntários da Pátria e, através do Decreto 3.383 do mesmo ano, transferia soldados da Guarda Nacional para o campo de batalha. De acordo com Vitor Izecksohn, este segundo decreto gerou problemas na medida em que, ao transferir a Guarda para servir em território estrangeiro, “tocou uma área bastante sensível, porque aquela instituição era um bastião do poder local. Ser membro da Guarda era uma das melhores desculpas que um homem livre podia oferecer para escapar ao recrutamento”. IZECKSOHN, *Resistência...* op. cit., p.89.

⁵² José Joaquim Carneiro de Campos, jornalista, político, diplomata baiano.

sendo tratada com o humanitarismo necessário.

Em meio às discussões sobre recrutamento e a fixação das forças navais e de terra, o Deputado Lopes Neto afirma: “As verdadeiras fortificações do país estão no peito de seus filhos”⁵³. E na mesma linha, o deputado Carneiro de Campos afirmava: “Nossos braços, nossos peitos são a muralha da nação”⁵⁴. De certo modos, estes deputados tentavam justificar a falta de estrutura militar do Brasil com a “bravura” dos soldados brasileiros. A organização do exército profissional brasileiro fez-se em meio às tensões entre os poderes locais e o poder central, enfrentando “forças agrárias centrífugas” e surgindo, assim, “como uma força do centro, como parte integrante do Estado em construção”⁵⁵. Nos Estados Unidos, onde as identidades estaduais ou locais eram uma questão mais fundamental ainda, a guerra demandou ao governo central negociações e alianças, e uma crescente intervenção do governo central, levando à suspensão temporária de prerrogativas locais, também gerando conflitos, inclusive violentos contra as políticas de recrutamento⁵⁶. Nesse sentido, a referência aos Estados Unidos, tanto nos debates sobre a infraestrutura militar quanto no processo de recrutamento, esteve presente em falas de parlamentares brasileiros.

O problema do recrutamento era latente e foi mencionado pelo próprio imperador e na Câmara dos Deputados mesmo antes da Guerra do Paraguai ser deflagrada. Para a historiadora Priscilla Andrade, ao analisar o papel desempenhado pelo político Joaquim Manuel de Macedo⁵⁷, o recrutamento teria sido um grande ponto de tensão na Câmara dos Deputados, e teria sido usado inclusive como ameaça aos eleitores (particularmente os mais simples), como instrumento de perseguição política⁵⁸.

⁵³ ACD, sessão de 04/08/1864, tomo 4.

⁵⁴ Ibid.

⁵⁵ COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmoçles: o exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996. p. 52-54.

⁵⁶ IZECKSOHN, *Slavery...* op. cit., p. 4.

⁵⁷ Joaquim Manuel Macedo, deputado pela província do Espírito Santo, jornalista, professor, romancista, poeta, teatrólogo e memorialista. Macedo foi orador ativo na Câmara, passou depois a integrar o Partido Progressista no final dos anos 1860. <http://www.academia.org.br/academicos/joaquim-manuel-de-macedo/biografia>. Cf. ANDRADE, Priscilla Rampin de. *Um cronista na tribuna: Joaquim Manuel de Macedo, imprensa e política na consolidação do Estado-nacional brasileiro*. 2011. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-25052012-125141/pt-br.php>. Acesso em: 3 nov. 2017.

⁵⁸ Em 1861, por exemplo, é possível encontrar diferentes deputados acusando o governo de fazer uso, dentro do processo eleitoral fraudulento, de ameaçar constantemente eleitores, principalmente os mais simples, com o recrutamento para a marinha. (ACD, sessão 14 de maio de 1861, sessão de 27/06/1861, i.e.).

Outros Tempos, vol. 16, n. 27, 2019, p. 276 - 299. ISSN: 1808-8031

De acordo com Manuel Macedo: “o sistema de recrutamento que atualmente se observam [sic] podem-se reduzir a dois: recrutamento voluntario e recrutamento forçado, que além de forçado pode também ser arbitrário, e é exatamente este o que temos adotado”. De acordo com o deputado, o sistema de recrutamento era uma forma de opressão política partidária e regional, “é um meio de opressão, uma caçada aos homens” dava espaço a queixas “do recrutamento como de uma arma de vingança e perseguição empregada contra eles por seus adversários políticos”⁵⁹.

Outro deputado, Urbano Sabino Pessoa de Melo⁶⁰, dizia ser o recrutamento uma crueldade contra o indivíduo e também contra as próprias necessidades do Estado, afirmando uma incompatibilidade entre as liberdades públicas e individuais no processo de recrutamento. No Brasil não se respeitava os casos de isenção no recrutamento, e o indivíduo não poderia se considerar livre enquanto o recrutamento levasse homens, pais de família, do Cabrobró ao Rio Grande do Sul motivados por vingança política. Para além da crueldade ao ser humano, este processo, teria uma influência perniciosa “sobre a lavoura, sobre a indústria, e até sobre o futuro e a sorte de muitas famílias pobres e honestas [...] uma caçada humana”⁶¹

A demanda por mais e mais soldados para a guerra não fez distinção entre homens que estavam empregados ou desempregados, civis ou não civis. Os abusos durante o alistamento no Brasil, as péssimas condições de vida e o recrutamento por vingança pessoal e política têm sido relatado não apenas na historiografia sobre a Guerra do Paraguai, mas também está presente nos discursos contemporâneos na Câmara dos Deputados, como na fala do deputado Salustiano Souto, em agosto de 1864, quando defende o fim do recrutamento e a aplicação da conscrição militar, como forma de acabar com “o recrutamento, e os poderosos e influencias eleitorais perderiam essa arma tão perigosa às liberdades públicas”⁶². Era necessário ao país resolver o problema do recrutamento, em meio à guerra e com diferentes pontos de vista dentro do congresso quanto à melhor forma de suprir a demanda por mais soldados.

Estas falas ilustram o delicado problema do recrutamento e a preocupação de que pudessem ser seguidos os passos dos EUA, onde aconteciam casos de revoltas

⁵⁹ ANDRADE, op. cit., p.121.

⁶⁰ Deputado liberal de Pernambuco, foi espectador e apoiador do movimento liberal de 1848, a Praieira.

⁶¹ ACD, sessão 11/08/1864, tomo 4.

⁶² ACD, sessão de 10/08/1864.

violentas⁶³ contra os processos de recrutamento e sérias afrontas à execução do poder governamental⁶⁴.

A experiência de guerra dos Estados Unidos foi fundamental para os deputados brasileiros, e foi retratada também deste modo em temas relacionados à infraestrutura do exército, seu equipamento e os investimentos que a ele deveriam ser feitos. Não apenas os deputados, mas os representantes brasileiros nos EUA e a imprensa nacional percebiam a importância de olhar para o país ao norte do continente para se pensar a guerra que enfrentavam.

Considerações Finais

Apesar de terem sido tratados apenas a questão do algodão e do recrutamento neste trabalho, é possível afirmar que o contexto da década de 1860 e da Guerra Civil norte-americana suscitou muitos outros debates dentro do governo brasileiro. Não apenas na Câmara, mas também nas correspondências diplomáticas e na imprensa, foram feitas associações, comparações, exemplificações que conjugavam o universo nacional brasileiro e norte-americano, particularmente neste período de crise.

Especificamente na Câmara, chama a atenção o fato de que os deputados brasileiros, ao inserirem a crise norte-americana em seus debates, demonstram que se compreendem como parte de uma realidade internacionalizada, continental, nacional e regional. E compreendem que estas diferentes escalas de realidades e interesses estão muitas vezes sobrepostas e imbricadas.

Assim, quando tratam do tema internacional da crise do algodão, os deputados do Nordeste fazem uso dessa realidade internacionalizada, que tem reflexos na Europa também, que atinge indústrias “no mundo todo”, para chamar a atenção do governo central para as suas próprias províncias. Ao fazê-lo, também inserem os interesses nacionais em pauta, refletindo sobre a integração nacional e territorial.

Também se compreendem como sujeitos de uma realidade internacional quando clamam que as mudanças na direção do exército que se formava, tal como nos

⁶³ As revoltas violentas deram-se em diferentes regiões do país e expressaram-se de diversas maneiras: revoltas coletivas contra os agentes de Estado, brigas entre vizinhos e opositores políticos, ataques a escoltas e cadeias, assassinatos.

⁶⁴ IZECKSOHN, *Resistência...* op. cit.

EUA, retirava dos líderes regionais os poderes de decisão e de proteção de seus cidadãos, uma vez que o Estado central se impunha sobre eles.

É preciso perceber, então, que as disputas e os interesses provinciais aparecem também dentro de um universo de contextualização internacional, e que tem grande peso nos próprios discursos destes representantes na Câmara, contribuindo para uma complexificação das relações entre centralização e descentralização do poder no Brasil Imperial.

Os políticos brasileiros articularam discursos e ideias relacionados a temas fundamentais para a consolidação do Estado nacional brasileiro, vivenciadas dentro de um universo atlântico, dentro do qual a Guerra Civil nos Estados Unidos serviu como referencial de experiência. Isso também nos indica novos caminhos para pensar as relações entre Brasil e Estados Unidos nesse período, elucidando imbricações entre os processos de formação nacional no continente.

Buscar nos debates parlamentares indícios de que as transformações em curso no país não foram apenas resultados diretos da política interna, mas estiveram inseridos nas mudanças que vinham acontecendo ao redor do mundo atlântico, pode ajudar a compreender melhor os últimos anos do Império do Brasil e como as suas partes se compreendiam em um mundo ampliado.